



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

PARECER: 968/2015–ML

ASSUNTO: DENÚNCIA

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 1.069/2002

EMENTA: DENÚNCIA. IRREGULARIDADE NA ACUMULAÇÃO DE CARGOS NA PMDF. DECISÃO Nº 38/2007. PRAZO PARA A JURISDICIONADA COMUNICAR OS RESULTADOS DOS PROCEDIMENTOS DE DESLIGAMENTO DE MILITARES QUE ACUMULAVAM IRREGULARMENTE CARGO PÚBLICO. PEDIDOS DE REEXAME. DECISÕES NºS 41/2007, 56/2007, 99/2007 E 55/2008. CONHECIMENTO DOS RECURSOS. DECISÃO Nº 94/2008. NÃO PROVIMENTO DOS APELOS. RECURSO DE REVISÃO. DECISÃO Nº 95/2009. CONHECIMENTO. DECISÃO Nº 39/2013. NEGADO O PROVIMENTO AO RECURSO DE REVISÃO. DECISÃO Nº 11/2014. DETERMINAÇÃO. PRAZO PARA A JURISDICIONADA ENCAMINHAR INFORMAÇÕES ACERCA DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ITEM C.1 DA DECISÃO Nº 94/2008 E NO ITEM II DA DECISÃO Nº 38/2007. DECISÃO Nº 68/2014. REITERA O ITEM I DA DECISÃO Nº 11/2014. DECISÃO Nº 4/2015. REITERAÇÃO DA DILIGÊNCIA E AUDIÊNCIA DOS RESPONSÁVEIS. INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS. DECISÕES NºS 34/2015 E 45/2015. CONHECIMENTO DOS APELOS. ANÁLISE DE MÉRITO. UNIDADE TÉCNICA SUGERE A MANUTENÇÃO, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, DAS ACUMULAÇÕES. PELO PROVIMENTO DOS RECURSOS E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. PARECER **DIVERGENTE** DO **MPC/DF**. ACUMULAÇÃO DE CARGO PÚBLICO POR MILITAR. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO TEXTO CONSTITUCIONAL. ARTS. 42 E 142 DA LEI MAIOR. TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA. EXCEÇÃO. PROFISSIONAIS DE SAÚDE. ART. 142, § 3º, II, III e VIII, DA CF/1988. REDAÇÃO ATUAL. EC Nº 77/2014. ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. DESPROVIMENTO DOS APELOS.

1. Trata-se de denúncia versando acerca de irregularidades na Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, referentes a acumulações ilícitas da atividade militar com cargos públicos por militares daquela Corporação.

2. Neste momento processual, os autos foram encaminhados ao **MPC/DF** para que, na condição de **custos legis**, se manifeste quanto ao **mérito dos recursos** interpostos pelos Srs. Marcos Antônio de Oliveira Castro, Marcelo Souza Vaz, Sandro Alberto Pinto, Rônio Machado da Silva, Josevaldo Café de Matos, Antônio Haroldo Camelo da Silva, Douglas Ribeiro, Sérgio Luiz dos Reis, Petrônio Leôncio de Souza Leal, Ronaldo Victor dos Santos, Ronaldo Barbosa de Sousa, Silvana Martins da Silva e Wellington Pereira Leite (fls. 1.018/1.022); Amauri



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

Ferreira de Sousa (fls. 1.092/1.094) e Clayton Feliciano Rolim (fls. 1.095/1.096), em face da r. Decisão nº 4/2015 (fl. 988), a qual, ao reiterar deliberação da e. **Corte de Contas** contida na r. Decisão nº 11/2014, determinou à PMDF o encaminhamento dos resultados dos procedimentos de desligamento dos militares que se encontram acumulando irregularmente a atividade militar com cargo público.

3. Para um histórico mais detalhado da matéria em tela, relevante destacar as seguintes deliberações do c. **TCDF**, prolatadas neste feito:

Decisão nº 77/2003 (fl. 222):

“O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento: a.1) da denúncia de fl. 01 e dos documentos que a acompanham, fls. 02/38; a.2) do resultado da inspeção levada a efeito na Polícia Militar do Distrito Federal e na Secretaria de Estado de Gestão Administrativa; a.3) dos novos documentos anexados aos autos, fls. 67/162; b) determinar à PMDF que: b.1) retome os trabalhos de apuração das acumulações de cargos públicos por militares daquela corporação, interrompidos pelo teor do Ofício n.º 1053 – GAB/SGA, considerando que os dispositivos aplicáveis, ‘in casu’, estão disciplinados no art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 34/2001; b.2) no prazo de 60 (sessenta) dias, informe a este Tribunal as medidas adotadas objetivando o exato cumprimento da Constituição Federal; c) fixar o prazo de 30 (trinta) dias para que a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa/SGA preste os devidos esclarecimentos sobre: c.1) os fundamentos da orientação encaminhada à PMDF, por intermédio do Ofício n.º 1053/2001 – GAB/SGA, no sentido de que fossem sobrestados os trabalhos de apuração das acumulações de cargos; c.2) a razão pela qual ainda não foi encaminhada nova orientação à PMDF, solicitando que regularize as situações ilegais de acumulação de cargo por militares integrantes daquela Corporação; d) dar ciência desta decisão ao denunciante; e) determinar: e.1) o retorno dos autos à 1ª Inspeção de Controle Externo, para os devidos fins; e.2) à CICE a realização de estudos especiais, em autos apartados, objetivando determinar os reflexos, no respeitante aos integrantes da PMDF e do CBMDF, do que decidiu o Supremo Tribunal Federal nos autos da ADIn n.º 1.541-9/MS e do que estabeleceu a Emenda Constitucional n.º 34/2001.(...)”

Decisão nº 38/2007 (fl. 435):

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento dos Ofícios nºs 1.391/06 – Sec. GCG (fl. 383) e 1.484/06 – Sec – GCG (fls. 398/400) e dos documentos que os acompanham, encaminhados pela Polícia Militar do Distrito Federal em atenção à Decisão nº 18/2006; b) considerar atendidas as diligências de que cuidam as alíneas ‘c.1’ e ‘c.2’ da referida decisão; c) **determinar: c.1) à Polícia Militar do Distrito Federal que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, encaminhe os resultados dos procedimentos de desligamento dos militares que se encontram acumulando irregularmente outro cargo público; c.2) a devolução dos autos à 1ª Inspeção de Controle Externo, para os devidos fins.**”*

Decisão nº 11/2014 (fl. 959):



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I - determinar à Polícia Militar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe informações a respeito das medidas adotadas para cumprimento do disposto no item c.I da Decisão nº 38/07 (encaminhe os resultados dos procedimentos de desligamento dos militares que se encontram acumulando irregularmente outro cargo público) e no item II da Decisão nº 94/08 (antes de efetivar os procedimentos de desligamento de que cuida o item c.I da Decisão nº 38/07, atentando para o disposto nas Decisões nºs 5.440/04 e 6.551/05); II - autorizar o retorno do processo à SEFIPE, para os devidos fins. (...)”

Decisão nº 68/2014 (fl. 970):

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I – reiterar à Polícia Militar do Distrito Federal, para atendimento no prazo de 30 (trinta) dias, o disposto no item I da Decisão nº 11/14, no sentido de encaminhar informações a respeito das medidas adotadas para cumprimento do disposto no item c.I da Decisão nº 38/07 (encaminhe os resultados dos procedimentos de desligamento dos militares que se encontram acumulando irregularmente outro cargo público) e no item II da Decisão nº 94/08 (antes de efetivar os procedimentos de desligamento de que cuida o item c.I da Decisão nº 38/07, atente para o disposto nas Decisões nºs 5.440/04 e 6.551/05); II – alertar a Polícia Militar do Distrito Federal para a possibilidade de aplicação da sanção prevista no item IV, art. 57, da Lei Complementar nº 01/94, em caso de descumprimento do item anterior; III – autorizar o retorno do processo em apreço à SEFIPE, para os devidos fins. O Conselheiro RENATO RAINHA deixou de atuar nos autos, por do art. 63, § 1º, do RI/TCDF, com a redação dada pela Emenda Regimental nº 26/2009, c/c o parágrafo único do art. 135 do Código de Processo Civil. (...)”

Decisão nº 4/2015 (fl. 988):

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I – determinar à Polícia Militar do Distrito Federal que dê cumprimento, no prazo de 30 (trinta) dias, ao disposto no item I da Decisão nº 11/14, no sentido de encaminhar informações a respeito das medidas adotadas para cumprimento do disposto no item c.I da Decisão nº 38/07 (encaminhe os resultados dos procedimentos de desligamento dos militares que se encontram acumulando irregularmente outro cargo público) e no item II da Decisão nº 94/08 (antes de efetivar os procedimentos de desligamento de que cuida o item c.I da Decisão nº 38/07, atente para o disposto nas Decisões nºs 5.440/04 e 6.551/05); II – autorizar: a) a audiência dos responsáveis indicados pela jurisdicionada, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentarem razões de justificativa pelo descumprimento da Decisão nº 11/14, reiterada pela Decisão nº 68/14, ante à possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, inciso IV, da Lei Complementar nº 1/94; b) autorizar o retorno dos autos à SEFIPE, para os devidos fins. (...)”

4. Os recursos foram conhecidos pelo c. **Tribunal** por meio das rr. Decisões nºs 34/2015 e 45/2015 (fls. 1.047 e 1.124, respectivamente), sendo-lhes atribuídos o efeito suspensivo **ex lege**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

5. A Divisão de Atos de Admissões, por meio da instrução às fls. 1.171/1.185, analisou o mérito dos Pedidos de Reexame interpostos e assim se manifestou:

“(…)

14. Os recursos de fls. 1018/1022 e 1092/1094 possuem os mesmos fundamentos, motivo pelo qual os descreveremos em um só tópico, quais sejam:

- *Várias alterações foram introduzidas no ordenamento jurídico, entre os quais, o permissivo legal de acumulação de cargos por parte do servidor militar, conforme EC 77/2014, que estendeu, para os profissionais de saúde das Forças Armadas, a possibilidade de cumulação de cargo a que se refere o art. 37, XVI, c, da Constituição Federal;*
- *Se deve buscar o arcabouço que fundamenta a edição da norma, in casu, incentivar o exercício das atividades nas áreas ali especificadas, inclusive, na área de saúde;*
- *Não quis o legislador especializar o militar, não diferenciando uns de outros, portanto, ao trazer a expressão ‘militares’, no inciso VIII, não é lícito ao intérprete excepcionar onde a norma não excepcional;*
- *O legislativo federal vem debatendo e já se encontra em pauta a PEC nº 215/2003, possibilitado aos militares a acumulação remunerada de cargo de professor, cargo técnico ou científico ou de cargo privativo de profissionais de saúde;*
- *Há que se considerar o art. 54 da Lei nº 9784/1999, vez que a pretensão estatal de rever os atos que nomearam os referidos policiais em seus cargos já foi atingida pela decadência quinquenal (os litisconsorte já possuem mais de 5 anos de efetivo serviço, tanto na PMDF quanto na SES e/ou SE, sendo que o militar Amauri Ferreira de Sousa, autor do pedido de reexame de fls. 1092/1094, possui 20 anos de serviços na SES e 29 anos na PMDF).*

ANÁLISE DOS PEDIDOS DE REEXAME DE FLS. 1018/1022 e 1092/1094

11. Realmente, após a prolação da Decisão nº 38/2007 (que, pelo item c.1, determinou à Corporação a remessa dos procedimentos de desligamentos dos militares que acumulavam ilegalmente cargo público), houve alteração no ordenamento jurídico, no que tange à acumulação por parte de militares de cargo civil na área de saúde, pela Emenda Constitucional nº 77/2014 (...)

16. Assim, a partir da vigência dessa norma constitucional, permite-se ao militar a acumulação do seu posto/graduação, na área de saúde, com cargo ou emprego públicos também da área de saúde (art. 37, XVI, c, da Constituição Federal).

17. Antes dessa alteração constitucional, o TCDF já havia se pronunciado sobre a acumulação de posto/graduação com cargo público, na área de saúde, nas seguintes decisões (que foram mencionadas no item c.1 da Decisão nº 38/2007, dirigida à Corporação):

Decisão nº 5440/2004:

O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Revisor, Conselheiro RENATO RAINHA, que concorda em parte com o voto do Relator, Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, decidiu: I - manter inalteradas, excepcionalmente, as decisões da Corte que reconheceram a regularidade das admissões que geraram as acumulações de cargos objeto dos ‘Estudos Especiais’; II - firmar o seguinte entendimento, a partir da publicação desta decisão: a) que as acumulações remuneradas de cargos públicos permitidas



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

no art. 37, inciso XVI, não são aplicáveis aos integrantes do quadro de pessoal da PMDF e do CBMDF, em face do disposto no art. 42, § 1º, c/c o art. 142, § 3º, incisos II e VIII, todos da CF/1988; b) que a proibição de acumular estende-se aos proventos da inatividade, por força do art. 37, § 10, da CF/1988, com a redação dada pela EC nº 20/1998; c) que as únicas exceções possíveis são aquelas disciplinadas no art. 17, § 1º, do ADCT da CF/1988, no art. 11 da EC nº 20/98 e no item I do referido voto;

Decisão nº 6551/2005:

b) esclarecer ao Senhor Comandante-Geral da Polícia Militar que o disposto no item II, alínea 'c', da Decisão nº 5.440/2004 aplica-se a todos os militares do Distrito Federal que ocupam cargos privativos de profissionais de saúde (médicos, dentistas, auxiliares e técnicos de enfermagem, etc);

18. Destarte, nota-se que o TCDF, pelo item I da Decisão nº 5440/2004 c/c item b da Decisão nº 6551/2005, excepcionalmente, permitiu, com fundamento nos princípios da segurança jurídica, da razoabilidade e da preservação do interesse público, que as acumulações irregulares por militares, na área de saúde, fossem preservadas até então. Todavia, não seriam mais toleradas acumulações posteriores.

19. Nesse diapasão, a EC nº 77/2014, a partir de sua promulgação, possibilitou que esse tipo de acumulação, na área de saúde, pudesse acontecer, motivo pelo qual ocorrências dessa natureza devam ser preservadas pela Administração Pública.

20. No ponto relativo à existência da PEC nº 215/2003, temos que se trata de mera proposta de alteração da Constituição Federal, proposta essa aliás que já foi debatida nesses autos em duas oportunidades (nas instruções de fls. 574/582 e 898/914) e que já se encontra há mais de 10a em tramitação sem ser aprovada pelo Congresso Nacional. Como se trata de algo que pode ou não ser aprovado, não há como ser aplicada nos casos concretos, vez que não constituiu norma vigente em nosso ordenamento jurídico.

21. Conforme se vê, em diversos pontos dos autos, há militares acumulando cargo da área de saúde (situação essa já normalizada em decorrência da EC nº 77/2014) e também ocupantes do cargo de professor. Resta, portanto, discorrer sobre estas acumulações.

22. A despeito da clara inexistência de regra constitucional permissiva das acumulações de posto/graduação com cargo de professor (vide item II da Decisão nº 5440/2004), a nosso visto, tendo em vista o longo prazo já decorrido dessas acumulações (algumas com mais de 20 anos, sendo que já há militares reformados), bem como à vista dos princípios constitucionais da segurança jurídica e da razoabilidade, entendemos que, à semelhança do ocorrido na área de saúde, no bojo do Processo nº 756/2004 (cujas Decisões nºs 5440/2004 e 6551/2005 foram aqui transcritas), as referidas acumulações merecem, excepcionalmente, ser preservadas pela Administração Pública.

23. Deve-se lembrar que, no caso, há de se fazer uma ponderação entre o princípio da legalidade e os princípios da segurança jurídica, da razoabilidade e do interesse público.

24. Entendemos que, em virtude do cargo envolvido (professor) e da estabilidade das relações jurídicas no decorrer do tempo, tais acumulações merecem ser preservadas.

25. No caso aqui discutido, a acumulação se dá em cargo público de professor, o qual existe uma carência grande em certas disciplinas. Ademais, há de se considerar que



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

são professores que já estão na área há anos, já possuindo experiência e vivência que auxiliam e contribuem para um ensino de melhor qualidade.

26. *Vale, no presente momento, trazer à baila o aprofundado e esclarecedor voto do Conselheiro Renato Rainha (acolhido pela aqui citada Decisão nº 5440/2004, Processo nº 756/2004)*

(...)

27. *Assim, mutatis mutandis, os argumentos trazidos pelo nobre Conselheiro Renato Rainha, que fundamentaram o TCDF a prolatar a Decisão nº 5440/2004, podem ser perfeitamente subsumidos ao caso objeto dos presentes autos, notadamente aos casos de acumulação militar/professor.*

28. *Pelas razões expendidas, somos, portanto, pelo provimento dos pedidos de reexame de fls. 1018/1022 e 1092/1094, no sentido de manter inalteradas, excepcionalmente, as acumulações de cargo ou emprego tratadas no presente processo.*

DO PEDIDO DE REEXAME DE FLS. 1095/1112

29. *Pelo recurso em epígrafe, o PM Clayton Feliciano Rolim, traz os seguintes argumentos:*

- *Foi aberto um Processo de Opção de Cargo, tendo em vista que acumulava um cargo privativo de profissional de saúde na SES, desde 2002, compelindo-o a proceder à opção, no prazo de cinco dias úteis;*
- *Sua acumulação é regular, à vista da Decisão nº 6551/2005, que complementa a Decisão nº 5440/2004;*
- *Como sua admissão na SES data de 2002, estaria sua situação acobertada pelas referidas decisões plenárias (os militares ocupantes de cargos privativos de profissionais de saúde estão amparados a acumularem o segundo vínculo);*
- *Todavia, a Portaria da PMDF nº 928/2014, no art. 1º, §1º, III, prevê que apenas as Praças do Quadro de Praças Policiais Militares Especialistas (QPPME) e auxiliares de saúde (QPMP-6) podem acumular outro cargo quando houver a compatibilidade de horário, o que contrariaria as referidas decisões plenárias.*

30. *A nosso sentir, assiste razão ao recorrente, vez que o item b da Decisão nº 6551/2005 tolera as acumulações até então existentes de ‘todos os militares do Distrito Federal que ocupam cargos privativos de profissionais de saúde’.*

31. *Cabe, todavia, ressaltar que tal decisum foi medida excepcional e que a EC nº 77/2014 c/c art. 37, XVI, c, exigem que tanto o cargo quanto o posto/graduação sejam privativos de profissionais de saúde. Ou seja, o posto/graduação da PMDF não pode ser qualquer um, mas tão-somente daquele em que se exige formação específica na área de saúde, de sorte que, a nosso entender, não há máculas na referida Portaria PMDF nº 928/2014 (fls. 1101/1103).*

32. *Outrossim, pelos mesmos fundamentos que defendemos na análise dos outros dois pedidos de reexame, também pode ser tolerada a referida acumulação (que, conforme citado, já fora tolerada pelo item b da Decisão nº 6551/2005). (Fls. 1.174/1.185). (Grifos acrescidos).*

6. Por fim, o Corpo Técnico sugeriu ao e. **Plenário:**

“I - dar provimento aos pedidos de reexame de fls. 1018/1022, 1092/1094 e 1095/1112, para, excepcionalmente, manter inalteradas as acumulações de cargo ou emprego por militares tratadas nos presentes autos;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

II - dar ciência aos recorrentes e à Polícia Militar do DF da decisão que vier a ser proferida pelo TCDF;

III - autorizar o retorno dos autos à SEFIPE para fins de arquivamento.” (Fl. 1.185).

7. Após o relato, passo à análise do presente feito.
8. No que tange aos Pedidos de Reexame interpostos tendo em vista a r. Decisão nº 4/2015, o **MPC/DF**, com as vênias de estilo, **diverge** das conclusões alcançadas pelo zeloso Corpo Instrutivo. Explico.
9. Prefacialmente, respeitante à **acumulação** de cargos públicos, **destaco** o claro enquadramento das exceções especificadas no art. 37, XVI, **a, b e c**, da Carta Federal, conforme a redação a seguir:
- “Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*
- XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, **exceto**, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:*
- a) a de dois cargos de professor;*
- b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;*
- c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.”*
10. Nesse contexto, para a primeira exceção, havendo **compatibilidade de horários** e sendo os **cargos de professor**, permitida estará a acumulação de cargo público, excepcionalmente autorizada pela Carta Magna.
11. A propósito da acumulação de um cargo de professor com outro técnico ou científico, a teor do art. 37, XVI, **b**, da Lei Maior, transcrevo julgado do e. **TJDFT**:

“APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ACUMULAÇÃO DE CARGOS. TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PROFESSOR. INEXISTÊNCIA DE NATUREZA TÉCNICA DO CARGO JÁ OCUPADO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES.

*1. A Constituição Federal de 1988 admite, excepcionalmente, a acumulação de cargos públicos. No âmbito do Distrito Federal, o art. 46, II, da LC 840/2011 **permite a cumulação de um cargo de professor com um técnico ou científico.***

*2. A natureza técnica do cargo é aferida pela necessidade de conhecimento específico na área de atuação profissional para seu exercício, expressa pela exigência de **habilitação específica de nível superior e/ou pelas atribuições condizentes com esta habilitação.***

(...)”

(20120111943033APC, 1ª Turma Cível, Rel.ª Des.ª Simone Lucindo, DJe de 18/11/2013).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

12. Conforme já abordado em outros Pareceres a respeito de admissão de pessoal, o entendimento desta Quarta Procuradoria se fundamenta no fato de que, com fulcro no art. 37, XVI, **b**, da Carta República, o cargo de Professor **somente** poderia ser acumulado com outro **cargo técnico ou científico** e desde que houvesse **compatibilidade de horários**. Nos termos da jurisprudência do e. **Superior Tribunal de Justiça**, cargo técnico ou científico seria aquele em que se exige **habilitação específica de grau universitário ou profissionalizante de 2º grau**, conforme o julgado abaixo transcrito:

“RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. ACUMULAÇÃO DE CARGOS. AGENTE DE POLÍCIA E PROFESSOR. DESCABIMENTO. NATUREZA DE CARGO TÉCNICO NÃO CARACTERIZADA. ART. 37, XVI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

1. É vedada a acumulação do cargo de professor com o de agente de polícia civil do Estado da Bahia, que não se caracteriza como cargo técnico (art. 37, XVI, ‘b’, da Constituição Federal), assim definido como aquele que requer conhecimento específico na área de atuação do profissional, com habilitação específica de grau universitário ou profissionalizante de 2º grau.

2. Recurso ordinário improvido.”

(RMS 23.131/BA, Sexta Turma, Rel.^a Min.^a Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 9/12/2008).

13. Além desse, acresço o seguinte precedente do c. **TJDFT**:

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. ACUMULAÇÃO DE CARGO PÚBLICO REMUNERADO. PROFESSOR. ARTIGO 37, ALÍNEA ‘B’ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. AGENTE DE ATIVIDADES PENITENCIÁRIAS. CARGO DE NÍVEL SUPERIOR. GRADUAÇÃO EM QUALQUER CURSO. NÃO EXIGÊNCIA DE CONHECIMENTO PRÓPRIO DA ÁREA DE ATUAÇÃO. CURSO DE FORMAÇÃO. FASE DE AVALIAÇÃO DOS CANDIDATOS. ATIVIDADE BUROCRÁTICA.

A acumulação de cargos somente será lícita nas hipóteses expressamente previstas no texto constitucional. A exceção prevista na alínea ‘b’ reclama que o cargo seja científico ou técnico. A exigência de diploma de curso superior para ingresso na carreira, em nível de graduação, não é suficiente para emprestar tecnicidade ao cargo, por não exigir formação superior específica ou conhecimento técnico próprio da área de atuação. O curso de formação não caracteriza o cargo como técnico, por ser uma fase de avaliação dos candidatos. O desempenho de atividades meramente burocráticas ou administrativas não legitima a acumulação permitida constitucionalmente. Recurso desprovido.”

(20130020075399AGI, 3ª Turma Cível, Rel. Des. Esdras Neves, DJe de 3/7/2013).

14. **No entanto**, nesse aspecto, a LC nº 840/2011, que dispõe sobre o regime jurídico dos **servidores públicos civis** do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais, estabelece, em seu art. 46, § 1º¹, que se **presume como cargo de natureza técnica ou científica qualquer cargo público para o qual se exija educação superior**.

¹ “**Art. 46.** É proibida a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, para:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

15. Por derradeiro, no que tange à exceção prevista na letra **c** do inciso XVI do artigo 37 da CF/1988, havendo **compatibilidade de horários** e sendo os **cargos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas**, permitida estará a acumulação de cargos públicos, excepcionalmente autorizada pela Carta Magna.

16. A respeito dessa **acumulação**, cito os vv. Acórdãos prolatados pelo c. **TJDFT**:

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS. PROFISSIONAIS DA SAÚDE. AUXILIAR OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS (AOSD) - PATOLOGIA CLÍNICA E TÉCNICO EM LABORATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE.

*I - A acumulação de cargos públicos, prevista no art. 37, XVI, ‘c’, da Constituição Federal, só é possível quando os **cargos forem privativos de profissionais de saúde**. Exige-se, ainda, que a **profissão seja regulamentada como atividade privativa de quem tenha habilitação específica para o seu exercício***

II - O cargo de auxiliar operacional de serviços diversos (AOSD) não é privativo de profissionais de saúde, de modo que não há possibilidade de acumulação com o cargo de técnico em laboratório.

III - Deu-se provimento ao recurso.”

(20120020142219AGI, 6ª Turma Cível, Rel. Des. José Divino de Oliveira, DJe de 20/9/2012).

“CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. ACUMULAÇÃO DE DOIS CARGOS PÚBLICOS PRIVATIVOS DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE. ARTIGO 37, XVI, ALÍNEA C, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. AUXILIAR OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS (AOSD) - PATOLOGIA CLÍNICA. TÉCNICO EM LABORATÓRIO - PATOLOGIA CLÍNICA. AMBOS OS CARGOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL. NECESSIDADE DE PROFISSÃO REGULAMENTADA. IMPOSSIBILIDADE DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS. IMPERATIVO DENEGAR A SEGURANÇA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO DE APELAÇÃO E REEXAME NECESSÁRIO. CONHECIDOS E PROVIDOS.

(...)

2. O dispositivo constitucional proíbe a acumulação remunerada de cargos públicos, prevendo, quando houver compatibilidade de horários, três exceções: a de dois cargos de professor; a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico; e, a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

(...)

I – dois cargos de professor;

II – um cargo de professor com outro técnico ou científico;

III – dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

§ 1º Presume-se como cargo de natureza técnica ou científica, para os fins do inciso II, qualquer cargo público para o qual se exija educação superior ou educação profissional, ministrada na forma e nas condições previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.”



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

7. Para compor o elenco das exceções previstas no artigo 37, XVI, alínea c, da Constituição Federal, faz-se necessário que os **dois cargos sejam regulamentados como privativos de profissionais da saúde e não apenas um deles**. (...).

Recurso de apelação e reexame necessário conhecidos e desprovidos.

(20110112357306APO, 1ª Turma Cível, Rel. Des. Alfeu Machado, DJe de 14/1/2014).

17. Lado outro, não se pode olvidar que, em se tratando da cumulação de cargos públicos com atividade militar, questão tratada nos presentes autos, impõe-se a aplicação do disposto nos arts. 42 e 142 da Lei Maior.

18. Nesse contexto, importante fazer uma contextualização histórica a respeito dos militares no âmbito da Constituição Federal de 1988.

19. A Lei Maior, em sua **redação original**, considerava os militares da PMDF como servidores públicos militares e, em seu art. 42, § 3º, determinou que *“O militar em atividade que aceitar cargo público civil permanente será transferido para a reserva”*.

20. Com a promulgação da EC nº 18/1998, o art. 42 da Carta Federal passou a ter a seguinte redação:

“Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 3º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos Governadores.
§ 2º Aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios e a seus pensionistas, aplica-se o disposto no art. 40, §§ 4º e 5º; e aos militares do Distrito Federal e dos Territórios, o disposto no art. 40, § 6º.”

21. Observa-se que, para os militares da PMDF deveria ser aplicado o disposto no art. 142, §§ 2º e 3º, da CF/1988, sendo este último parágrafo incluído pela EC nº 18/1998, **in verbis**:

“Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

(...)

§ 2º Não caberá habeas corpus em relação a punições disciplinares militares.

§ 3º Os membros das Forças Armadas são denominados militares, aplicando-se-lhes, além das que vierem a ser fixadas em lei, as seguintes disposições: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

(...)

II - O militar em atividade que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente será transferido para a reserva, nos termos da lei; [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998\)](#)

III - O militar da ativa que, de acordo com a lei, tomar posse em cargo, emprego ou função pública civil temporária, não eletiva, ainda que da administração indireta, ficará agregado ao respectivo quadro e somente poderá, enquanto permanecer nessa situação, ser promovido por antigüidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção e transferência para a reserva, sendo depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, transferido para a reserva, nos termos da lei; [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998\)](#)

(...)

VIII - aplica-se aos militares o disposto no art. 7º, incisos VIII, XII, XVII, XVIII, XIX e XXV e no art. 37, incisos XI, XIII, XIV e XV; [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998\)](#)

22. Desta feita, sendo os membros da PM militares do DF, **peremptória** é a aplicação do disposto no art. 142, § 3º, II, III e VIII, da Lei Maior aos integrantes da Corporação. Nesse sentido, ao abrigo do texto constitucional, o militar em atividade que tomasse posse em cargo público civil permanente deveria ser **transferido para a reserva**. Ademais, pelo texto expresso do art. 142, § 3º, VIII, acima transcrito, somente seria aplicável aos militares o disposto no art. 37, XI, XIII, XIV e XV, **nada sendo mencionado a respeito da aplicação do art. 37, XVI, que trata da acumulação de cargos públicos**.

23. Mais recentemente, em 2014, o texto do art. 142 sofreu nova alteração, desta vez pela EC nº 77. Os dispositivos alterados pelo Poder Constituinte Derivado Reformador foram exatamente aqueles constantes do § 3º, incisos II, III e VIII, que passaram a ter a seguinte redação:

“Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

(...)

§ 3º Os membros das Forças Armadas são denominados militares, aplicando-se-lhes, além das que vierem a ser fixadas em lei, as seguintes disposições: [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998\)](#)

II - o militar em atividade que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente, ressalvada a hipótese prevista no art. 37, inciso XVI, alínea ‘c’, será transferido para a reserva, nos termos da lei. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 77, de 2014\)](#)

III - o militar da ativa que, de acordo com a lei, tomar posse em cargo, emprego ou função pública civil temporária, não eletiva, ainda que da administração indireta, ressalvada a hipótese prevista no art. 37, inciso XVI, alínea ‘c’, ficará agregado ao respectivo quadro e somente poderá, enquanto permanecer nessa situação, ser promovido por antigüidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

promoção e transferência para a reserva, sendo depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, transferido para a reserva, nos termos da lei; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 77, de 2014\)](#)

(...)

*VIII - aplica-se aos militares o disposto no art. 7º, incisos VIII, XII, XVII, XVIII, XIX e XXV, e no art. 37, incisos XI, XIII, XIV e XV, **bem como, na forma da lei e com prevalência da atividade militar, no art. 37, inciso XVI, alínea 'c'**; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 77, de 2014\)](#)*” (Grifos acrescidos).

24. Importante reparar que o texto da EC nº 77/2014 agregou à CF/1988 a possibilidade de um militar exercer **outra atividade privativa de profissional de saúde com profissão regulamentada**, a teor do art. 37, XVI, c, da Lei Maior, dispositivo este com redação dada pela EC nº 34/2001.

25. Assim, a interpretação que se pode dar, ao abrigo da evolução histórica da Carta Federal, é que passou a ser **admitida** a possibilidade de acumulação da atividade militar privativa de profissional de saúde com o exercício de outro cargo também de mesma natureza.

26. Essa diretriz, antes mesmo da EC nº 77/2014, já vinha sendo reconhecida por alguns órgãos do Poder Judiciário, conforme se pode observar do seguinte julgado do c. **Superior Tribunal de Justiça**:

“ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. MÉDICO. ACUMULAÇÃO DE CARGOS. POSSIBILIDADE. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA DO ART. 37, INCISO XVI, "C", C/C OS ARTS. 42, § 1º, E 142, § 3º, II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRECEDENTES DO STF E DO STJ.

1. Trata-se na origem de Mandado de Segurança contra ato do Secretário de Fazenda do Estado de Goiás, que impôs a escolha por um dos cargos de médico na Administração Pública (especialista em ortopedia na Polícia Militar do Estado de Goiás e médico perito da extinta Agência Goiana de Administração e Negócios Públicos). O impetrante sustenta a legalidade do acúmulo dos referidos cargos.

*2. Diante da interpretação sistemática do art. 37, XVI, alínea 'c', c/c os arts. 42, § 1º, e 142, § 3º, II, da Constituição de 1988, **é possível acumular dois cargos privativos na área de saúde, no âmbito das esferas civil e militar, desde que o servidor público não desempenhe as funções tipicamente exigidas para a atividade castrense, e sim atribuições inerentes a profissões de civis. Precedentes do STF e STJ.***

3. Agravo Regimental não provido.”

(AgRg no RMS 36.848/GO¹, Segunda Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 24/8/2012).

¹ Referido Acórdão foi objeto de recurso extraordinário perante o c. STF que, ao reformar o aresto do c. STJ, assim entendeu:

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ACUMULAÇÃO DE DOIS CARGOS DE MÉDICO POR MILITAR. IMPOSSIBILIDADE. ARTS. 42, § 1º, e 142, § 3º, II, da CONSTITUIÇÃO. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

I - Com efeito, o art. 42, § 1º, combinado com o art. 142, § 3º, II, da Constituição, estabelece que o militar da ativa que tomar posse em cargo ou emprego civil permanente será transferido para a reserva. Assim, diante do



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

27. O entendimento teve como premissa as atribuições do agente público desenvolvidas tanto na esfera militar como na área cível. Essa mesma diretriz norteou o c. **STJ** quando da apreciação do RMS 28.059/RO, que tratava da acumulação da atividade de policial militar com o magistério, cuja esclarecedora ementa transcrevo abaixo:

“ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. ACUMULAÇÃO DE CARGOS. POLICIAL MILITAR E PROFESSOR DA REDE PÚBLICA ESTADUAL. INTEGRANTE DAS FORÇAS ARMADAS. VEDAÇÃO PREVISTA NO ART. 142, § 3º, II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

1. É vedado aos integrantes das Forças Armadas, dentre eles os policiais militares estaduais, a cumulação de cargos, conforme dicção do art. 142, § 3º, II, da Constituição Federal.

2. Esta Corte, ao interpretar os arts. 37, II, e 142, § 3º, inciso II, da Constituição Federal, decidiu que a proibição de cumulação de cargos reflete-se apenas nos militares que possuem a função tipicamente das Forças Armadas. Por isso, entendeu que os militares profissionais da saúde estão excepcionados da regra. Precedente: RMS 22.765/RJ, Relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 23/08/2010.

3. Inviável o exercício simultâneo dos cargos de policial militar e professor da rede pública estadual, em decorrência da vedação contida no art. 142, § 3º, II, da Constituição Federal, apesar da compatibilidade de horários.

4. Recurso ordinário conhecido e improvido.”

(RMS 28.059/RO, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe de 16/10/2012).

28. Pois bem. Para a análise dos recursos objeto destes autos, as premissas que pautarão o exame ministerial são as seguintes: **1)** a CF/1988, desde sua redação original até a edição da EC nº 77/2014, não permitia a acumulação da atividade militar com o exercício de cargo público civil (arts. 42 e 142); **2)** a EC nº 77/2014, que alterou a redação do art. 142, § 3º, II, III e VIII, da Lei Maior, fazendo expressa menção ao art. 37, XVI, c, da CF/1988, passou a admitir a cumulação da atividade de profissional de saúde militar e civil; **3)** não se mostra possível a acumulação da atividade militar com a de magistério, haja vista a ausência de permissivo dessa natureza no texto constitucional.

29. Forte nesses parâmetros, passo ao exame dos recursos.

30. Os militares subscritores dos Pedidos de Reexame em comento, Marcos Antônio de Oliveira Castro, Sandro Alberto Pinto, Rônio Machado da Silva, Josevaldo Café de Matos, Antônio Haroldo Camelo da Silva, Douglas Ribeiro, Sérgio Luiz dos Reis, Petrônio Leôncio de Souza Leal, Ronaldo Barbosa de Sousa, Amauri Ferreira de Sousa e Clayton Feliciano Rolim, **não exercem na PMDF atividade privativa de profissional de saúde, com profissões**

caráter específico e restritivo da norma supracitada, não se justifica a interpretação extensiva conferida pelo acórdão recorrido no sentido de que o militar pode acumular dois cargos, ainda que se refiram a cargos de profissionais de saúde. Precedentes.

II – Agravo regimental a que se nega provimento.”

(RE 741.304 AgR/GO, **Segunda Turma**, Rel. Min. **Ricardo Lewandowski**, DJe de 18/12/2013).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

regulamentadas, a despeito do exercício de outros cargos na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.

31. Nesse sentido, a partir de consulta realizada no SIGRH, este **MPC/DF** pôde verificar que os militares Marcelo Souza Vaz, Sandro Alberto Pinto, Rônio Machado da Silva, Josevaldo Café de Matos, Antônio Haroldo Camelo da Silva, Douglas Ribeiro, Sérgio Luiz dos Reis, Petrônio Leôncio de Souza Leal, Ronaldo Barbosa de Sousa e Clayton Feliciano Rolim exercem a atividade de “Soldado PM Combatente”. O Sr. Marcos Antônio de Oliveira Castro ocupa, na Corporação, o posto de “PM 2ª Classe”.

32. A esse respeito, no tocante aos militares Marcos Antônio de Oliveira Castro e Ronaldo Barbosa de Sousa, insta acrescentar que, em consulta ao SIGRH, pôde-se verificar que exercem o cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diretos – AOSD na SES/DF (Lavanderia Hospitalar e Patologia Clínica, respectivamente), cargo para o qual exige-se apenas **nível fundamental**. Nesse contexto, o c. **TJDFT**¹ já teve a oportunidade de se manifestar que o cargo de AOSD não é privativo de profissional de saúde com profissão regulamentada, o que, por si só, já obstaria a acumulação, mesmo que as atividades exercidas na PMDF fossem da natureza especificada no art. 37, XVI, c, da CF/1988, **e que não são**.

33. Ainda em relação aos militares da PMDF que exercem outra função na SES/DF, o Sr. Amauri Ferreira de Sousa ocupa, na Corporação, o posto de “Cabo PM Padioleiro”.

34. Por essa razão, **contrario sensu** da manifestação técnica instrutiva, tendo em vista que os cargos exercidos na PMDF pelos recorrentes, ora relacionados, **não são privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas**, no entendimento deste Órgão Ministerial, nem as rr. Decisões n.ºs 5.440/2004 e 6.551/2005 prolatadas pelo e. **Tribunal**, nem a EC n.º 77/2014 são fundamentos para dar regularidade às cumulações em tela.

35. Por sua vez, o PM Wellington Pereira Leite exerce na Corporação a atividade de “2º Sargento Combatente”. Em consulta ao SIGRH, este Órgão Ministerial verificou a acumulação do posto na PMDF com o cargo de “Examinador Teórico-Prático” no DETRAN/DF. A toda evidência, tal acumulação não encontra respaldo em qualquer das exceções previstas no art. 37, XVI, da CF/1988.

36. Lado outro, os Srs. Marcelo Souza Vaz – Soldado PM Combatente – e Ronaldo Victor dos Santos² – 2º Sargento PM Combatente – exercem na Secretaria de Estado de Educação do DF o cargo de Professor de Educação Básica.

37. Conforme já salientado no corpo deste documento opinativo, não se mostra possível a acumulação de atividade militar com o exercício de magistério, consoante a

¹ 20140111144136APO, 5ª Turma Cível, Rel. Des. Sandoval Oliveira, DJe de 31/7/2015 e 20090110107860APC, 2ª Turma Cível, Rel. Des. Waldir Leôncio Lopes Júnior, DJe de 1º/7/2011.

² Muito embora o militar tenha requerido à fl. 1.015 sua exclusão do rol das rr. Decisões 38/2007, 4/2015 e 19/2015, tendo em vista sua passagem para a reserva remunerada, interpôs o recurso de fls. 1.018/1.022 em litisconsórcio com os demais militares.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

interpretação histórica dada aos artigos 42 e 142, § 3º, II e VIII, da CF/1988. A propósito, trago à colação o seguinte precedente do c. **TJDFT**:

“CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. AGRAVO REGIMENTAL. CUMULAÇÃO DE CARGOS. POLICIAL MILITAR E PROFESSOR DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL. ILEGALIDADE.

1. Considerando a vedação legal para acumulação de cargos públicos, sendo um deles de policial militar, nos termos preconizados no artigo 142, § 3º, inciso II, da Constituição Federal, mostra-se vedada a cumulação do cargo público de professor com o de policial militar.

2. As hipóteses de excepcional cumulação remunerada de cargos públicos encontram-se expressamente descritas no artigo 37, inciso XVI, da Lei Maior de 1988, e não contemplam a cumulação de professor com o de militar.

3. Agravo Regimental não provido.”

(20130020096692MSG, **Conselho Especial, Flavio Rostirola**, DJe de 24/6/2013).

38. No tocante à cumulação da Policial Militar, Cabo PM Feminino, Silvana Martins da Silva, com o de Professor na SEE/DF, também no entendimento do **Parquet** especializado, não se enquadra nas exceções tratadas no artigo 37, inciso XVI, da Lei Maior, sobretudo devido à ausência de permissivo constitucional nesse sentido.

39. Em acréscimo à jurisprudência já colacionada do c. **STJ**, transcrevo o seguinte julgado do e. **TJDFT** que trata especificamente de Mandado de Segurança impetrado pela Sra. Silvana Martins da Silva a respeito da acumulação de sua atividade policial com o magistério:

“MANDADO DE SEGURANÇA - ACUMULAÇÃO DE CARGO PÚBLICO COM A CONDIÇÃO MILITAR - IMPOSSIBILIDADE - INAPLICABILIDADE DA EXCEÇÃO PREVISTA NO ART. 37, XVI, ‘b’, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL EXPRESSA. A Constituição Federal veda a acumulação de cargos públicos, exceto nas hipóteses do art. 37, XVI, ‘a’, ‘b’ e ‘c’. As exceções não aproveitam os militares, considerando que a Constituição Federal, em seu art. 142, é expressa ao definir quais os dispositivos do art. 37 são extensíveis aos militares, não existindo tal ressalva com relação à cumulação de cargos públicos. Por outro lado, o art. 142 também é expresso quanto à impossibilidade de o militar permanecer na ativa em caso de posse em cargo ou emprego público, o que, em última análise, significa proibir a acumulação de cargo civil com a atividade militar. Segurança denegada.”

(20130020098585MSG, **Conselho Especial, Rel. Des. J.J. Costa Carvalho**, DJe de 20/8/2013).

40. Referida acumulação foi identificada no Processo nº 21.768/2008-**TCDF**, que cuida de Auditoria de Regularidade constante do Plano Geral de Ação desta c. **Corte de Contas** para o exercício de 2008, realizada pela 4ª Divisão da Quarta Inspeção de Controle Externo, no 3º trimestre daquele exercício, na SEE/DF.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

41. Naqueles autos, face ao r. **Decisum** nº 3.326/2013¹, a SEE/DF noticiou a interposição de Recurso Ordinário pela referida servidora, frente à denegação da segurança nos autos do Mandado de Segurança nº 2013.00.2.009858-5, impetrado tendo em vista a **conclusão da SEE/DF sobre a ilicitude da acumulação de cargo público de Professor com o posto de Policial Militar na PMDF declarada pela servidora.**

42. Na oportunidade, este Representante Ministerial, por meio do Parecer nº 139/2014-ML, manifestando-se pela **ilicitude da cumulação**, informou o desprovimento do Recurso Ordinário interposto pela servidora, a teor do v. Acórdão prolatado pela e. **Segunda Turma** do c. **Superior Tribunal de Justiça**, nos seguintes termos:

“ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR DISTRITAL. ACUMULAÇÃO DE CARGOS. MILITAR E MAGISTÉRIO. VEDADA PELO ART. 142, § 3º, II, APLICÁVEL POR FORÇA DO ART. 42, § 1º, TODOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRECEDENTES. CIÊNCIA DURANTE O PRAZO QUINQUENAL. LIMITE TEMPORAL PARA SINDICAR E COIBIR ACUMULAÇÃO ILÍCITA E INCONSTITUCIONAL. NÃO APLICÁVEL. PRECEDENTE.

1. Cuida-se de recurso ordinário interposto contra acórdão que denegou a ordem pleiteada em prol da acumulação dos cargos de policial militar com o de magistério, com base na alegação de sua constitucionalidade e licitude, bem como de decadência no prazo de revisão.

2. Por via de regra, é vedado aos servidores militares, dentre eles especificamente os policiais dos Estados e do Distrito Federal, a acumulação de cargos públicos, conforme dicção do art. 142, § 3º, II, combinado com o art. 42, § 1º, todos da Constituição Federal. Precedentes: RMS 28.059/RO, Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 16.10.2012; e RMS 32.031/AC, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJe 24.11.2011.

3. A ciência da acumulação se deu por meio de auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, cuja decisão, datada de 10.3.2009 (fls. 54-55), determinou a apuração por parte das autoridades; em suma, no caso, não há falar na ocorrência de fluência do prazo quinquenal.

4. ‘A acumulação ilegal de cargos públicos, expressamente vedada pelo art. 37, XVI, da Constituição Federal, caracteriza uma situação que se protraí no tempo, motivo pelo qual é passível de ser investigada pela Administração a qualquer tempo, a teor do que dispõe o art. 133, caput, da Lei 8.112/90’ (MS 20148/DF, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Seção, DJe 18.9.2013).

Recurso ordinário improvido.”

(RMS 44.550/DF, Segunda Turma, Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 24/2/2014).

43. Vale mencionar que, em face do v. Acórdão supracitado, a servidora interpôs recurso extraordinário ao e. **STF**, inadmitido pelo c. **STJ**. Inconformada, a recorrente interpôs agravo ao **Pretório Excelso** (ARE 830.978/DF), que se encontra concluso ao em. Min. **Luiz Fux** para apreciação. A matéria, portanto, está judicializada e sem trânsito em julgado.

¹ “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu (...) III - determinar à Secretaria de Estado de Educação do DF que informe ao Tribunal o **desfecho do processo administrativo instaurado para analisar a acumulação de cargos da servidora Silvânia Martins Sousa**; (...)”



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

44. Por derradeiro, importante salientar que um dos fundamentos para a r. Decisão nº 5.440/2004, prolatada no Processo nº 756/2004, foi o fato de que os militares da PMDF e do CBMDF **exerciam nas respectivas corporações atividades privativas de profissionais de saúde, devidamente regulamentadas, no caso, Médicos**. Tal premissa, a toda evidência, **não pode ser aplicada às cumulações tratadas no presente processo**, uma vez que não há concomitância no exercício da atividade privativa de profissional de saúde na Corporação e na SES/DF. Nas demais hipóteses dos autos, sequer se mostra possível a acumulação excepcionalmente autorizada pela Carta Magna.

45. Vale mencionar, também, a impossibilidade de se reconhecer direito adquirido frente a fato notoriamente em contraposição ao disposto na Lei Maior, sob pena de frustrar não apenas o princípio da isonomia, mas também a força normativa da Constituição.

46. Destarte, com a **devida vênia** do entendimento manifestado na instrução técnica, no sentir deste **Parquet** especializado, não há como permanecerem inalteradas as acumulações de cargos examinadas, mesmo que em caráter excepcional.

47. Ante o exposto, este **Ministério Público de Contas diverge** das conclusões alcançadas pela percuciente Unidade Técnica e, por conseguinte, pugna para que o e. **Plenário** negue provimento aos Pedidos de Reexame em apreço.

É o Parecer.

Brasília, 27 de outubro de 2015.

Marcos Felipe Pinheiro Lima
Procurador